



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

ROSIANE DE LIMA SANTIAGO

**O ACERVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO
ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP) COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO
ESTADO: realidade e desafios**

João Pessoa
2026

ROSIANE DE LIMA SANTIAGO

**O ACERVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO
ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP) COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO
ESTADO: realidade e desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Arquivologia do
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
da Universidade Federal da Paraíba – UFPB
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharela.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cláudia Cruz
Córdula

João Pessoa
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S235a Santiago, Rosiane de Lima.

O acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) como patrimônio documental do estado: realidade e desafios / Rosiane de Lima Santiago. - João Pessoa, 2026.
19 f. : il.

Orientação: Ana Cláudia Cruz Córdula.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivo. 2. Patrimônio documental. 3. Memória institucional. 4. IPHAEP. I. Córdula, Ana Cláudia Cruz. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

FOLHA Nº 5 / 2026 - CCSA - CARQ. (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.031907/2026-20

João Pessoa-PB, 13 de Abril de 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ROSIANE DE LIMA SANTIAGO

**O ACERVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP) COMO
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL:**

realidade e desafios

Artigo apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 25 de março de 2026

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Profa. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula (orientadora) e Profa. Dra. Carla Maria de Almeida (membro interno). A banca examinadora teve como membro externo a Ma. Lesleyanne Rodrigues de Lima.

(Assinado digitalmente em 14/04/2026 20:10)
ANA CLÁUDIA CRUZ CÓRDULA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1272602

(Assinado digitalmente em 14/04/2026 16:23)
CARLA MARIA DE ALMEIDA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1089747

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2026**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **13/04/2026** e o código de verificação: **b471ff9581**

O ACERVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP) COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO ESTADO: realidade e desafios

ROSIANE DE LIMA SANTIAGO

RESUMO

Este trabalho analisa o acervo documental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), com ênfase em sua constituição enquanto patrimônio documental e instrumento de memória. A pesquisa tem como objetivo examinar as condições de organização, preservação e acesso ao acervo, bem como identificar os principais desafios relacionados à gestão arquivística. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, e foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, análise documental, observação direta e aplicação de questionário. Os resultados indicam que o acervo do IPHAEP apresenta relevante valor histórico e cultural, ao reunir registros das ações de patrimonialização no estado da Paraíba. Contudo, foram observadas limitações quanto à infraestrutura, à ausência de instrumentos consolidados de gestão documental, à insuficiência de recursos humanos e às dificuldades de acesso à informação. Diante disso, conclui-se que o fortalecimento do arquivo deve partir de ações aliadas à de práticas de gestão documental e preservação que assegurem a salvaguarda desses documentos e possam ampliar suas possibilidades de acesso.

Palavras-chave: Arquivo; patrimônio documental; memória institucional; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

ABSTRACT

This study examines the documentary collection of the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba (IPHAEP), with an emphasis on its constitution as documentary heritage and as a source of institutional memory. The aim is to analyze the conditions of organization, preservation, and access to the collection, as well as to identify the main challenges related to archival management. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, with a descriptive and exploratory character, based on bibliographic review, document analysis, direct observation, and the application of a questionnaire. The findings indicate that the IPHAEP collection holds relevant historical and cultural value, as it brings together records of heritage-related actions in the state of Paraíba. However, limitations were observed regarding infrastructure, the lack of consolidated records management tools, insufficient human resources, and difficulties in accessing information. It is therefore concluded that strengthening the archive depends on the implementation of consistent records management and preservation practices, in order to ensure the safeguarding of these documents and to expand access to them.

Keywords: Archive; documentary heritage; institutional memory; Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

A construção da noção de patrimônio no Brasil ocorreu de forma gradual, acompanhada por disputas, avanços institucionais e pela lenta incorporação, na sociedade, da ideia de valorização e preservação da herança cultural, artística e histórica. Esse processo também se refletiu na consolidação de instrumentos legais e na criação de órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio, evidenciando que a preservação é uma construção histórica e política.

Nesse contexto, entre suas diferentes dimensões, o patrimônio documental ocupa um lugar específico, por reunir registros produzidos por instituições que testemunham práticas administrativas, culturais e sociais. Documentos de valor probatório, esses registros constituem bens culturais, cuja preservação está associada não apenas à memória institucional, mas também ao acesso à informação e ao exercício da cidadania.

No Estado da Paraíba, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) foi criado com a finalidade de preservar os bens culturais que não se encontravam sob a proteção do órgão federal, assumindo, assim, papel central na política de salvaguarda do patrimônio em âmbito estadual. Ao longo de sua atuação, o Instituto passou a produzir e acumular um conjunto documental diretamente relacionado aos processos de tombamento, inventários, estudos técnicos e ações de educação patrimonial.

Parte-se do entendimento de que os documentos produzidos e acumulados pelo órgão vão além do cumprimento das funções administrativas, mas constituem registros das políticas públicas de preservação cultural, das práticas institucionais e das relações entre Estado, sociedade e patrimônio ao longo do tempo. Esse acervo, portanto, ultrapassa essa função administrativa, na medida em que registra a história institucional e as práticas de patrimonialização.

Entretanto, apesar de sua relevância histórica, social e informacional, o acervo do IPHAEP enfrenta desafios, seus próprios registros enfrentam limitações relacionadas à organização, preservação e acesso, o que compromete tanto sua salvaguarda quanto seu potencial de uso para pesquisa e para a sociedade. Ao observarmos essas fragilidades relacionamos a seguinte problemática: **como o acervo documental do IPHAEP tem sido tratado enquanto patrimônio, e em que medida as condições atuais de gestão comprometem sua preservação e seu acesso?** A partir dessa questão, esta pesquisa tem como objetivo analisar o acervo do Instituto enquanto patrimônio documental do Estado, buscando compreender sua situação atual e os principais desafios relacionados à sua organização, preservação e disponibilização.

Frequentemente, os arquivos institucionais permanecem em segundo plano em relação aos bens materiais e imateriais mais visíveis, embora sejam essenciais para a produção do

conhecimento, para a transparência administrativa e para a legitimação das ações de preservação. Reconhecer o acervo documental do IPHAEP como patrimônio implica, portanto, considerá-lo como parte integrante do patrimônio cultural paraibano e, conseqüentemente, como objeto de políticas sistemáticas de gestão, preservação e acesso.

Ao discutir essas questões, este artigo busca contribuir para o debate sobre a preservação do patrimônio documental em instituições públicas estaduais, destacando a necessidade de maior atenção aos arquivos como espaços de memória, pesquisa e de acesso à informação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa se fundamenta na pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como objetivo compreender a realidade do acervo documental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, com ênfase nos desafios relacionados à sua organização, preservação e acesso enquanto patrimônio documental estadual. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é particularmente adequada para captar a profundidade e a multiplicidade das realidades sociais, na medida em que se volta à compreensão dos significados, valores, práticas e relações que estruturam a vida social.

Diferentemente das abordagens quantitativas, que privilegiam a mensuração e a generalização de dados, a perspectiva qualitativa busca interpretar os fenômenos em seus contextos específicos, considerando sua complexidade, historicidade e dinamicidade. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite apreender dimensões subjetivas e institucionais, como percepções, experiências, rotinas de trabalho e práticas organizacionais.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é descritiva e exploratória. Descritiva por buscar caracterizar o acervo e suas condições de organização e preservação, e exploratória por permitir maior aproximação com o problema, especialmente diante de lacunas existentes na produção científica sobre o tema, conforme destaca Gil (2008).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo está baseado na articulação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros, artigos científicos e produções acadêmicas, sendo essencial para a construção do referencial teórico. Nesse sentido, abrange literatura nacional relacionada ao patrimônio documental, arquivos institucionais, memória, preservação e políticas públicas de patrimônio cultural.

A pesquisa documental constitui um dos eixos centrais da investigação, pois se baseia em fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, conforme também discutido por Severino (2013). Nesse contexto, serão analisados documentos produzidos e acumulados pelo IPHAEP, como processos administrativos, dossiês de tombamento, inventários, relatórios técnicos e pareceres. Essa etapa permite compreender a tipologia documental, os fluxos de produção e a relação entre os documentos e as funções institucionais, além de identificar lacunas e fragilidades no tratamento arquivístico.

Como estratégia metodológica, optamos por observação direta, às técnicas de coleta de dados e na aplicação de questionário, utilizadas de forma complementar. A observação direta foi realizada durante visita técnica ao arquivo do IPHAEP, constituindo-se como momento para o reconhecimento empírico do acervo e de suas condições de guarda. Conforme aponta Gil (2008), a observação possibilita a apreensão de aspectos da realidade que nem sempre estão registrados em documentos, permitindo uma análise mais próxima das práticas cotidianas.

Essa técnica possibilitou a análise das condições de organização, acondicionamento, preservação e acesso aos documentos, bem como das rotinas de trabalho e fluxos informacionais. A observação foi sistematizada por meio de registros em diário de campo, orientados por categorias analíticas previamente definidas, como infraestrutura, tipologia documental, condições ambientais e práticas arquivísticas. A visita técnica, nesse sentido, integra o processo de observação, permitindo uma compreensão situada do espaço, dos documentos e das práticas institucionais.

De forma complementar, foi aplicado um questionário à servidora responsável pelo arquivo do IPHAEP, com o objetivo de captar percepções, experiências e desafios relacionados à gestão do acervo documental. O instrumento contemplou questões abertas e fechadas, abordando aspectos como formação profissional, rotinas de trabalho, infraestrutura, existência de normas e políticas institucionais e a percepção sobre o valor patrimonial dos documentos. Essa técnica contribui para a triangulação dos dados, articulando a análise documental, a observação empírica e a perspectiva do agente institucional.

Por fim, os dados produzidos foram analisados permitindo a organização e interpretação das informações. Entre as categorias destacam-se: condições de guarda, organização do acervo, acesso à informação, preservação documental, recursos humanos e reconhecimento do valor patrimonial dos documentos.

3 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP): um legado importante para a sociedade

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, criado pelo Decreto nº 5.255, de 31 de março de 1971, e regulamentado pelo Decreto nº 5.348 do mesmo ano, o órgão surgiu como resposta ao denominado Compromisso de Brasília, que recomendava aos estados brasileiros a criação de instituições responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio cultural de valor regional.

Desde sua criação, o IPHAEP consolidou-se como o principal órgão responsável pela implementação da política de preservação do patrimônio cultural no estado da Paraíba, atuando na identificação, registro e proteção de bens de valor histórico, artístico e cultural (Oliveira, 2009). Sua missão institucional consiste no resgate e na preservação da memória paraibana por meio do cadastramento e do tombamento de bens móveis e imóveis de reconhecido valor histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico.

Conforme estabelecido em seu Regimento Interno de 1992, entre as competências do Instituto podemos destacar o planejamento, a coordenação e a supervisão de ações de conservação, restauração e proteção do patrimônio cultural, bem como a catalogação de museus, arquivos e demais instituições detentoras de acervos.

Para além de suas atribuições técnicas e administrativas, o IPHAEP tem desempenhado funções sociais ao atuar como mediador entre o patrimônio cultural e a sociedade. Essa mediação se materializa na promoção do acesso público aos bens culturais, ao incentivo à realização de ações sobre educação patrimonial e na valorização das memórias coletivas que constituem a diversidade histórica e cultural do estado.

Nesse contexto, a atuação do IPHAEP também envolve a produção e a organização de documentos técnicos e administrativos que fundamentam as ações de reconhecimento e tombamento dos bens culturais. Como destaca Oliveira (2009), a patrimonialização entendida como um processo ao mesmo tempo documental e institucional, no qual inventários, pareceres técnicos, processos de tombamento e registros administrativos atuam como instrumentos de legitimação e consolidação do patrimônio cultural.

Do ponto de vista legal, a atuação do IPHAEP está vinculada aos princípios constitucionais que reconhecem o patrimônio cultural como bem de interesse público e direito coletivo, conforme previsto no artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Esse marco amplia a compreensão de patrimônio para além de bens isolados, incluindo diferentes formas de expressão cultural e atribuindo ao Estado a responsabilidade de sua proteção.

Além das ações diretamente voltadas à proteção dos bens culturais, o IPHAEP também atua no acompanhamento de arquivos e museus vinculados à história paraibana, o que amplia sua inserção no campo da memória documental. Ao reconhecer esses espaços como produtores e guardiões de registros, o Instituto contribui para evidenciar que os arquivos não são apenas locais de armazenamento, mas ambientes nos quais a memória é construída, organizada e, muitas vezes, disputada.

Essa perspectiva reforça o caráter social e político de sua atuação. A preservação documental não está limitada à guarda física dos documentos, mas envolve decisões sobre o que deve ser preservado, quem elege, como deve ser organizado e de que forma será disponibilizado. Tais escolhas não são neutras elas influenciam diretamente os modos pelos quais a história é registrada, interpretada e apropriada pela sociedade.

No âmbito das ações de difusão, destaca-se a implementação de iniciativas de educação patrimonial, analisadas por Targino (2007). Entre 2002 e 2003, o Instituto publicou as Cartilhas do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa, materiais voltados ao público escolar com o objetivo de aproximar estudantes da rede pública das discussões sobre patrimônio cultural. Essas ações buscavam estabelecer uma relação mais direta entre o conhecimento técnico produzido pela instituição e o cotidiano dos alunos, contribuindo para a formação de uma percepção mais ampla sobre a história e a cultura locais.

Ainda o autor, Targino retrata essa iniciativa como referências que auxiliam a sociedade a compreender sua própria historicidade. Nesse sentido, o depoimento da restauradora e ilustradora Piedade Farias, responsável pela primeira versão da cartilha, ganha dimensão ao afirmar que a educação patrimonial é fundamental porque “o patrimônio é do povo”. A fala evidencia a necessidade de aproximar a população dos bens culturais, reforçando a ideia de que a preservação só se sustenta quando há reconhecimento e participação social.

Apesar de sua importância institucional, alguns autores apontam limites históricos nas políticas de preservação patrimonial desenvolvidas na Paraíba. Lima (2012) observa que, durante muito tempo, as ações do IPHAEP e do IPHAN na Paraíba ficavam concentradas na preservação de um patrimônio edificado associado principalmente à herança colonial portuguesa, sobretudo à arquitetura civil e religiosa relacionada aos ciclos econômicos do açúcar e do algodão. Essa prioridade teria contribuído para a invisibilização de outras matrizes culturais que compõem a formação histórica do estado, como as tradições indígenas e afro brasileiras.

Na mesma perspectiva crítica, Azevedo Netto (2008) aponta que a política patrimonial brasileira historicamente privilegiou igrejas barrocas e residências de personagens considerados ilustres, defendendo a necessidade de ampliar o reconhecimento do chamado “patrimônio dos

excluídos”, como quilombos e espaços de religiosidade afro-indígena. Um avanço nesse sentido foi o tombamento, em 2009, do Sítio Açaís, localizado no município de Alhandra, reconhecido como área de preservação da memória associada à Jurema Sagrada.

Como observa Lima (2012), a constituição do patrimônio cultural resulta de processos de seleção da memória coletiva, nos quais determinadas lembranças são valorizadas e institucionalizadas, enquanto outras são silenciadas ou esquecidas. Nesse sentido, o patrimônio cultural pode ser entendido como resultado de disputas simbólicas em torno da memória social, nas quais lembranças e esquecimentos se articulam na definição do que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras.

Nesse contexto, o IPHAEP pode ser compreendido como um importante guardião da chamada “paraibanidade”, uma vez que suas ações de tombamento abrangem diversos municípios do estado e incluem não apenas edificações isoladas, mas também centros históricos inteiros, como os das cidades de Areia, João Pessoa, Campina Grande, Bananeiras e Sousa.

A relevância do Instituto também pode ser compreendida à luz das reflexões de Fonseca (2017), que destaca que as políticas de preservação patrimonial constituem práticas características dos Estados modernos, responsáveis por selecionar e proteger bens culturais considerados representativos da identidade coletiva. Para a autora, compreender o patrimônio implica analisar os critérios de seleção dos bens, os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que orientam a legitimação dessas práticas preservacionistas (Fonseca, 2005).

Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural não deve limitar-se à proteção material dos bens, frequentemente associada à expressão “pedra e cal”, mas deve ser compreendida como um processo de produção simbólica capaz de gerar sentimento de pertencimento entre diferentes grupos sociais (Fonseca, 2009).

Segundo Tomaso (2005), o reconhecimento do valor arquitetônico no país, causou danos a grupos sociais, pois os locais que foram tombados tinham muita visibilidade e aumento no valor imobiliário, forçando a população nativa a desocuparem suas casas, por causa da ocupação de outras pessoas que se instalavam em outras formas de uso. Essa ação do tombamento, sem conhecimento prévio dos arredores dos bens com a comunidade causou, problemas oriundos de uma gestão despreparada com essas questões sociais, quem dera que esse problema tivesse ficado no passado, hoje é possível ainda ver problemas parecidos com este, mesmo depois de muitos anos acumulados de experiência, ressaltando a complexidade em se eleger e preservar o patrimônio.

Meneses (2012) discute justamente essa relação, onde a questão patrimonial mexe com a vida das pessoas que sempre utilizaram determinado local como parte de suas vidas, avalia

também a restrição que essas pessoas sofrem em prol do bem patrimonial. A restrição de todo o envolvimento ao bem, descaracteriza sua função que é de apropriação das pessoas, não importa em que posição elas estejam (morador, visitante). Meneses (2012) alerta que seria perverso negar acesso a valores que podem ser partilhados e cuja a partilha, deveria ser incentivada.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural permite reconhecer que ele ultrapassa a dimensão material dos monumentos históricos, incorporando práticas culturais, saberes, modos de vida e outras manifestações da memória social (Fonseca, 2005). Sob a ótica do patrimônio documental, os acervos permitem compreender como foram construídas as noções de valor cultural, quais bens foram priorizados e quais narrativas históricas foram legitimadas ou marginalizadas nos processos oficiais de patrimonialização.

Ao possibilitar o acesso aos seus documentos, o IPHAEP contribui para o controle social das políticas patrimoniais, para a formação de pesquisadores e para a ampliação do debate público sobre memória, identidade e patrimônio cultural. Dessa forma, o arquivo do Instituto não deve ser compreendido apenas como suporte das atividades administrativas, mas como um patrimônio cultural em si, cuja salvaguarda é fundamental para a continuidade das políticas de preservação e para a democratização das memórias que compõem a história da Paraíba.

4 PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO ESTADUAL: ações, desafios e realidade

No âmbito do Estado da Paraíba, o processo de patrimonialização é conduzido, principalmente, pelo órgão responsável pela identificação, reconhecimento e proteção dos bens culturais de interesse estadual. A atuação do IPHAEP materializa, em nível local, as diretrizes mais amplas das políticas de preservação, operando na seleção e legitimação do patrimônio cultural.

As ações desenvolvidas pelo órgão estão concentradas em instrumentos como o tombamento de bens materiais, a realização de inventários e a implementação de medidas de proteção. Essas práticas refletem uma trajetória histórica da patrimonialização no Brasil que, por muito tempo, privilegiou bens arquitetônicos e artísticos, associados a uma noção mais clássica de patrimônio. Diferentemente de outras categorias patrimoniais mais consolidadas, os acervos arquivísticos não ocupam posição central nas políticas de patrimonialização estadual, sendo frequentemente incorporados de forma indireta ou vinculados a conjuntos maiores, como acervos museológicos.

De modo geral, o processo de patrimonialização tem início com a abertura de um processo administrativo, que pode decorrer tanto de iniciativa institucional quanto de demandas da sociedade. A partir desse momento, desenvolvem etapas como a identificação do bem, a pesquisa

histórica e técnica e a análise de seu valor cultural. Esses elementos subsidiam a elaboração do parecer técnico, documento central para a deliberação sobre o tombamento.

Embora esse percurso apresente certo grau de sistematização, amparado por normativas legais, sua operacionalização revela limites importantes. A participação social, por exemplo, ainda ocorre de forma restrita, muitas vezes limitada a momentos formais que não garantem, de fato, a escuta e a incorporação das diferentes percepções sobre o bem cultural. Nesse sentido, a patrimonialização tende a se consolidar mais como um processo institucional do que como uma construção coletiva.

Outro aspecto recorrente refere-se à resistência por parte de proprietários de bens em processo de tombamento. Tal resistência está frequentemente associada ao desconhecimento sobre os efeitos jurídicos da proteção, especialmente à ideia equivocada de perda de propriedade. Esse cenário evidencia a necessidade de atuação mais pedagógica por parte do Instituto, reforçando que o tombamento implica, sobretudo, a regulamentação do uso e a responsabilidade compartilhada pela preservação.

Para além dessas questões, a pesquisa também evidencia a permanência de uma lógica seletiva na definição dos bens reconhecidos. Observa-se a predominância de edificações de maior visibilidade social, localizadas principalmente em centros urbanos históricos, o que reforça uma concepção tradicional de patrimônio, centrada em bens materiais e vinculada a narrativas hegemônicas. Essa tendência contribui para a marginalização de outras formas de expressão cultural, especialmente aquelas associadas a grupos historicamente menos representados.

Essa constatação dialoga com a compreensão de que o patrimônio cultural não é dado, mas construído socialmente, a partir de disputas simbólicas em torno da memória. O processo de patrimonialização envolve a preservação de bens, mas também a produção de narrativas sobre o passado, nas quais determinados elementos são valorizados enquanto outros permanecem invisibilizados. Nesse sentido, como aponta Lima (2012), o patrimônio cultural resulta de disputas simbólicas em torno da memória, nas quais diferentes atores sociais atribuem significados distintos aos bens culturais.

Além disso, a análise aponta para limitações institucionais que impactam diretamente a condução dos processos, especialmente no que se refere à insuficiência de recursos humanos e à sobrecarga de funções. Essas condições dificultam a continuidade das ações, comprometem a agilidade dos processos e restringem a capacidade de ampliação das políticas patrimoniais.

Outro ponto que merece destaque é a relação entre os acervos documentais produzidos ao longo desses processos, a ausência de tratamento técnico adequado limita o acesso e reduz seu potencial como fonte de pesquisa e instrumento de transparência. Assim, a patrimonialização não se completa no ato do tombamento, mas depende da forma como esses registros são organizados,

preservados e disponibilizados.

Dessa forma, o processo de patrimonialização envolve mediações sociais, disputas de memória, limitações institucionais e desafios relacionados à democratização do acesso e à diversidade cultural. Embora o Instituto apresente avanços no que se refere à estrutura normativa e à consolidação de procedimentos, persistem desafios que indicam a necessidade de revisão e ampliação das políticas patrimoniais, de modo a torná-las mais inclusivas, participativas e efetivas.

Tal processo, conforme apontado por Fonseca (2017), não se restringe à dimensão legal, mas envolve escolhas institucionais que definem quais bens serão reconhecidos como patrimônio, evidenciando seu caráter seletivo e político.

Do ponto de vista organizacional, observa-se que o IPHAEP possui certo grau de sistematização desses procedimentos, amparados por normativas legais, como o Decreto Estadual nº 7.819/1978, que regulamenta as intervenções em bens protegidos. No entanto, a operacionalização dessas etapas revela desafios que impactam diretamente a efetividade das ações institucionais.

Conforme evidenciado na coleta de dados, o Instituto precisa atuar de forma pedagógica, esclarecendo que o tombamento não implica desapropriação, mas sim a adequação às normas de preservação. Esse aspecto reforça a compreensão de que a patrimonialização é um procedimento técnico de mediação social. Essa constatação dialoga com críticas já presentes na literatura, que apontam a predominância de uma visão tradicional de patrimônio, centrada em bens materiais associados às elites, em detrimento de expressões culturais de grupos historicamente marginalizados.

Embora apresente avanços no que se refere à estrutura normativa e à sistematização de procedimentos, ainda enfrenta desafios relacionados à participação social, à democratização do patrimônio e à capacidade institucional, aspectos fundamentais para a consolidação de uma política patrimonial mais inclusiva e efetiva.

5 O ARQUIVO DO IPHAEP: patrimônio documental da Paraíba

O acervo do IPHAEP é constituído, majoritariamente, por processos de tombamento, que reúnem diferentes tipologias documentais, podemos citar, requerimentos, registros fotográficos, plantas arquitetônicas, pareceres técnicos, notificações e relatórios. Esses conjuntos documentais expressam a complexidade dos trâmites administrativos e técnicos envolvidos na proteção do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que evidenciam a organicidade do acervo, diretamente

vinculada às funções institucionais do órgão.

A forma como esses documentos são produzidos e acumulados permite compreender os procedimentos de reconhecimento e proteção dos bens culturais, como também os critérios que orientam essas decisões. Apesar de sua relevância, o acesso ao acervo ainda encontra limitações, a predominância de procedimentos manuais e a ausência de sistemas informatizados dificultam a recuperação da informação e restringem o uso dos documentos para fins de pesquisa e transparência.

A ampliação do acesso, portanto, é uma das pautas que perduram aos órgãos públicos, para além de uma questão técnica que está diretamente ligada a garantia do direito à informação e à memória. Sob uma perspectiva crítica, é possível compreender, quando Derrida (2001) analisa que o arquivo não é neutro, mas resultado de processos de seleção, organização e exclusão.

Dessa forma, o fortalecimento do arquivo institucional deve ser entendido como parte integrante das políticas de preservação cultural. A adoção de práticas sistemáticas de gestão documental, aliada a investimentos em infraestrutura, qualificação profissional e ampliação do acesso, é condição para garantir a preservação dos documentos.

Do ponto de vista da organização, o acervo está em processo de estruturação. Os documentos estão acondicionados em estantes deslizantes e organizados em caixas arquivo identificadas por cores e fichas técnicas, que registram informações como número do processo, localização e identificação do bem. Ainda assim, observa-se a existência de um volume de documentos sem tratamento adequado, o que indica a necessidade de ações contínuas e sistemáticas de organização.

Historicamente, o arquivo enfrentou condições inadequadas de funcionamento, tendo sido mantido, por longos períodos, em espaços que não ofereciam as condições necessárias para a preservação documental. Apenas recentemente passou a ocupar um ambiente mais adequado e climatizado, ainda em fase de organização. Esse percurso evidencia dificuldades recorrentes na gestão de acervos em instituições públicas, especialmente no que diz respeito à infraestrutura.

No que se refere aos recursos humanos, podemos destacar a atuação de uma profissional com formação em Biblioteconomia e Arquivologia, responsável pela gestão do arquivo desde 2005. Sua permanência na instituição contribuiu para a continuidade das práticas de organização e para a incorporação de procedimentos técnicos mais adequados. Ainda assim, a limitação de pessoal constitui um entrave para o avanço das atividades.

Persistem, portanto, desafios relacionados à insuficiência de recursos humanos, à necessidade de continuidade das ações de organização e à ausência de uma política consolidada

de gestão documental. Essas limitações impactam tanto a preservação quanto o acesso aos documentos, reduzindo seu potencial de uso.

Do ponto de vista conceitual, o arquivo do IPHAEP pode ser compreendido como patrimônio documental, na medida em que reúne registros portadores de valor histórico, cultural e informacional, relevantes para a construção da memória social. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, os documentos que expressam a identidade e a memória dos diferentes grupos sociais integram o patrimônio cultural brasileiro e devem ser protegidos pelo poder público.

Além disso, o arquivo desempenha função central na própria legitimação das políticas patrimoniais, o IPHAEP possui potencial para se consolidar como espaço de pesquisa, educação e difusão. No entanto, para que esse potencial se realize, é necessário avançar na organização, na preservação e na ampliação do acesso, bem como fortalecer sua inserção nas políticas institucionais. Com base na análise dos dados obtidos por meio da observação direta e da aplicação do questionário, foi possível identificar um conjunto de fragilidades e possibilidades de aprimoramento.

A partir desses elementos, elaboramos um quadro de indicações voltado ao aperfeiçoamento das práticas de gestão, preservação e acesso ao acervo documental, apresentado a seguir.

Quadro 1 – Indicações de melhorias para o Arquivo do IPHAEP

Dimensão	Problema identificado	Indicação de melhoria	Justificativa técnica
Infraestrutura física	Histórico de armazenamento em locais inadequados e organização ainda em andamento	Implantação de espaço arquivístico definitivo com controle ambiental (temperatura, umidade e luminosidade)	A preservação documental depende de condições ambientais adequadas para evitar deterioração física e biológica
Organização do acervo	Existência de processos não organizados e ausência de padronização	Implementação de plano de classificação e tabela de temporalidade	Instrumentos de gestão garantem organicidade, recuperação da informação e racionalização do acervo
Acondicionamento	Uso de caixas e pastas sem padronização técnica	Utilização de materiais arquivísticos adequados (caixas e pastas apropriadas)	Reduz riscos de deterioração química e física, prolongando a vida útil dos documentos
Recursos humanos	Insuficiência de equipe técnica e	Ampliação do quadro de profissionais arquivistas e técnicos	A gestão documental exige equipe qualificada

	sobrecarga de funções		para garantir continuidade e eficiência
Gestão documental	Ausência de política institucional formalizada	Elaboração e implementação de política de gestão de documentos	Permite padronizar procedimentos, definir responsabilidades e assegurar o ciclo de vida documental
Acesso à informação	Solicitação de processos realizada de forma manual	Implantação de sistema informatizado de gestão arquivística	Facilita o acesso, o controle de empréstimos e a recuperação da informação
Digitalização	Predominância de documentos físicos	Desenvolvimento de projeto de digitalização do acervo	Amplia o acesso e reduz o manuseio dos documentos originais
Preservação documental	Riscos recorrentes ao acervo e ausência de ações sistemáticas	Implementação de política de preservação preventiva	Ações preventivas são mais eficazes e menos onerosas que intervenções corretivas
Fluxo documental	Tramitação informal de processos entre setores	Padronização do fluxo documental institucional	Garante rastreabilidade, segurança da informação e eficiência administrativa
Valorização institucional	Arquivo ainda percebido como setor de apoio	Reconhecimento do arquivo como unidade estratégica	O arquivo é fundamental para a memória institucional, transparência e tomada de decisão
Capacitação	Necessidade de atualização técnica contínua	Promoção de capacitações e treinamentos em Arquivologia	Atualiza práticas conforme normas técnicas e avanços da área
Difusão e uso social	Baixo aproveitamento do acervo para pesquisa e sociedade	Criação de ações de difusão (exposições, projetos educativos, acesso público)	Amplia o papel social do arquivo como espaço de memória e produção de conhecimento

Fonte: Dados da Pesquisa (2026)

Os resultados apresentados no Quadro 1 evidenciam que o Arquivo do IPHAEP enfrenta desafios estruturais, técnicos e institucionais que comprometem o pleno desenvolvimento de suas funções arquivísticas. No âmbito da infraestrutura e preservação, notamos que o histórico de armazenamento em condições inadequadas impacta diretamente a integridade física dos documentos.

A ausência de controle ambiental e de uma política sistemática de preservação reforça a vulnerabilidade do acervo, indicando a necessidade de ações estruturais e preventivas. Quanto à organização e gestão documental, a inexistência de instrumentos formais, como plano de

classificação, tabela de temporalidade, arranjo e política institucional, aponta para a fragilidade na condução do ciclo de vida dos documentos. Essa lacuna compromete a organização do acervo, a eficiência administrativa e a confiabilidade das informações.

A dimensão de recursos humanos também se destaca como um fator crítico. A insuficiência de equipe técnica qualificada gera sobrecarga de funções e limita o acesso à informação e uso de tecnologias, a predominância de procedimentos manuais e a ausência de sistemas informatizados dificultam a recuperação da informação e restringem o acesso ao acervo. A digitalização, embora apontada como uma possibilidade, ainda não se configura como uma prática consolidada.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fluxo documental, que ocorre de forma informal, comprometendo a rastreabilidade dos processos e a segurança da informação. Esse cenário indica a necessidade de padronização e formalização dos trâmites institucionais. Além disso, a análise evidencia uma questão de natureza institucional de que o arquivo ainda é percebido como um setor de apoio, e não como uma unidade estratégica. Essa percepção impacta diretamente a alocação de recursos, a definição de prioridades e a implementação de políticas arquivísticas.

Por fim, a dimensão de difusão e uso social revela um baixo aproveitamento do acervo, o que limita seu potencial como instrumento de memória, pesquisa e produção de conhecimento. A ausência de ações de difusão reforça o distanciamento entre o arquivo e a sociedade. De forma geral, os resultados indicam que as melhorias necessárias envolvem intervenções técnicas e mudanças institucionais mais amplas, que reconheçam o arquivo.

As indicações de melhoria sistematizadas no quadro anterior evidenciam que os desafios enfrentados pelo arquivo do IPHAEP são comuns a instituições públicas brasileiras responsáveis pela custódia de acervos documentais de valor histórico. Nesse sentido, as fragilidades identificadas, apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e contínua de gestão arquivística.

No que se refere à infraestrutura, embora haja avanços recentes com a alocação do acervo em ambiente mais adequado, a trajetória do arquivo evidencia um histórico de precariedade. Essa condição reforça a compreensão de que a salvaguarda do patrimônio documental depende do espaço físico, como da implementação de condições ambientais. A questão dos recursos humanos emerge como um elemento central na análise, uma vez que a limitação do quadro técnico compromete a continuidade e a sistematização das atividades desenvolvidas. A presença de uma profissional qualificada, com formação em Arquivologia, constitui um avanço significativo;

No que diz respeito ao acesso à informação, a predominância de procedimentos manuais

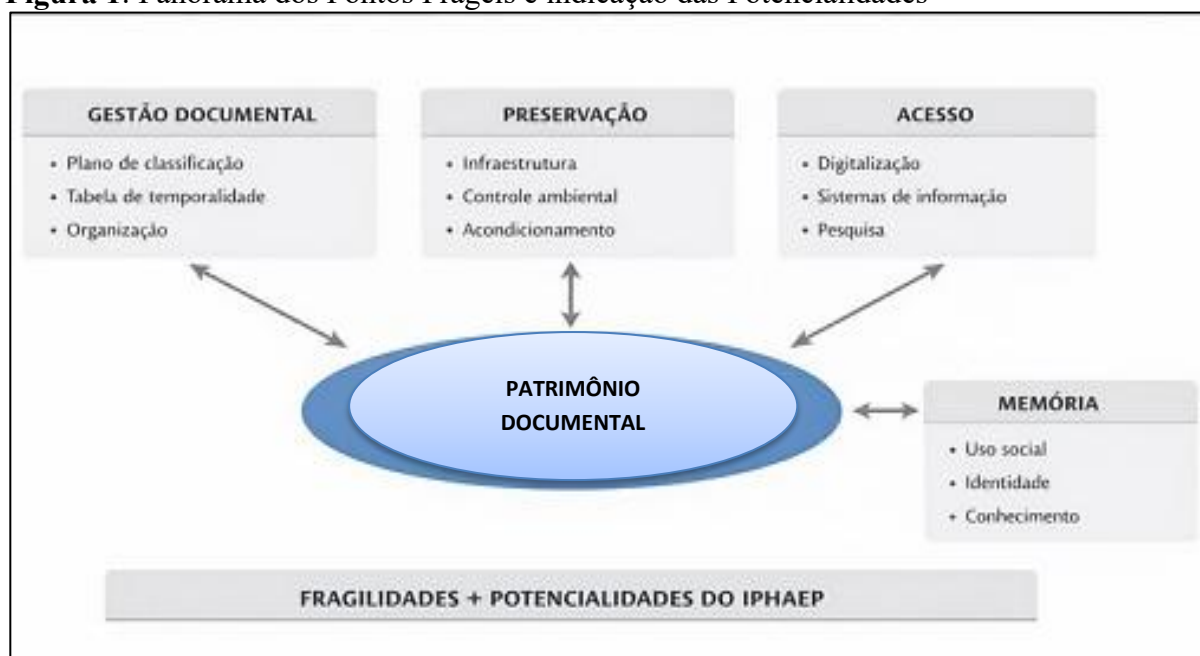
e a ausência de sistemas informatizados indicam limitações que impactam tanto a eficiência administrativa quanto o potencial de uso do acervo para pesquisa e controle social. A implementação de sistemas de gestão arquivística e de políticas de digitalização surge, nesse contexto, como estratégia para a preservação dos documentos originais.

Além disso, as indicações relacionadas à difusão e ao uso social do acervo apontam para a necessidade de ampliar a interface entre o arquivo e a sociedade. A promoção de ações de difusão, como exposições, projetos educativos e acesso público, contribui para ressignificar o arquivo como espaço de produção de conhecimento e de fortalecimento da memória coletiva, superando uma visão restrita à sua função administrativa.

Dessa forma, o fortalecimento das práticas arquivísticas e a efetividade das políticas públicas de patrimônio cultural são urgentes. A Figura 1 apresenta uma síntese analítica das principais dimensões que estruturam o arquivo do IPHAEP, a inter-relação entre gestão documental, preservação, acesso e memória na constituição do patrimônio documental.

Ao posicionar o patrimônio documental como elemento central, a representação destaca que essas dimensões se articulam de maneira dinâmica e interdependente, influenciando diretamente as condições de organização, salvaguarda e uso do acervo. A figura também explicita que as fragilidades e potencialidades identificadas no arquivo decorrem justamente do nível de integração (ou ausência dela) entre esses eixos, reforçando a necessidade de uma abordagem sistêmica que integra o fortalecimento das práticas arquivísticas e para a valorização do arquivo

Figura 1: Panorama dos Pontos Frágeis e indicação das Potencialidades



Fonte: Elaborada pela autora (2026)

A imagem apresenta uma síntese das principais dimensões que estruturam o patrimônio documental no âmbito do IPHAEP, evidenciando sua natureza integrada e multifacetada. No centro, o patrimônio documental é compreendido como resultado da articulação entre quatro eixos fundamentais: gestão documental, preservação, acesso e memória.

A gestão documental abrange instrumentos como plano de classificação, tabela de temporalidade e organização, essenciais para garantir a estrutura e o controle do acervo. A preservação integra às condições físicas e técnicas, incluindo infraestrutura, controle ambiental e acondicionamento adequado dos documentos. O eixo de acesso destaca a importância da digitalização, dos sistemas de informação e das possibilidades de pesquisa, ampliando o uso e a circulação das informações.

As setas que conectam esses elementos indicam que tais dimensões não atuam de forma isolada, mas de maneira interdependente, contribuindo conjuntamente para a consolidação do patrimônio documental. Dessa forma, a imagem reforça que as fragilidades identificadas e as potencialidades existentes no IPHAEP devem ser compreendidas a partir dessa perspectiva integrada, na qual melhorias em uma dimensão impactam diretamente as demais.

6 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba enquanto patrimônio documental do Estado, buscando compreender suas condições de organização, preservação e acesso, bem como os desafios que atravessam sua gestão.

A partir da articulação foi possível construir uma leitura mais próxima da realidade do arquivo e de seu papel no contexto das políticas de preservação patrimonial. Os resultados indicam que o acervo do IPHAEP não se limita à função administrativa, constituindo como um conjunto documental de relevante valor histórico, cultural e informacional. Os registros documentais das ações do órgão estruturam na prática, as políticas de patrimonialização na Paraíba.

Por outro lado, a pesquisa também evidenciou um conjunto de fragilidades que impactam diretamente a gestão desse acervo. Entre elas, destacam-se as limitações de infraestrutura, como a insuficiência de recursos humanos e a ausência de instrumentos consolidados de gestão dificultam o acesso à informação. Esses aspectos refletem uma realidade recorrente em instituições públicas, nas quais os arquivos ainda ocupam posição secundária no planejamento institucional.

No que se refere ao processo de patrimonialização, observou-se que, embora existam normativas e certa organização das etapas, persistem desafios relacionados à participação social e à ampliação dos critérios de reconhecimento do patrimônio cultural. A predominância de bens associados a grupos historicamente privilegiados aponta para a necessidade de revisão dessas práticas, de modo a contemplar de forma mais ampla a diversidade social e cultural.

A análise do arquivo permitiu, ainda, compreender que a patrimonialização não se restringe ao reconhecimento dos bens culturais, mas também se materializa na produção documental que sustenta esse processo. Nesse sentido, o acervo do IPHAEP registra decisões institucionais, disputas, escolhas e narrativas que atravessam a construção do patrimônio cultural paraibano.

Diante desse cenário, as proposições apresentadas ao longo do trabalho reforçam a necessidade de ações estruturadas, que envolvam a implementação de políticas de gestão documental, investimentos em infraestrutura, ampliação do quadro técnico e adoção de tecnologias que favoreçam o acesso e a preservação da informação.

Além disso, é necessário avançar no reconhecimento do arquivo como unidade estratégica dentro do IPHAEP. Por fim, este estudo contribui para o campo da Arquivologia ao evidenciar a centralidade do patrimônio documental nas políticas de preservação cultural, ao mesmo tempo em que chama atenção para os desafios enfrentados por instituições responsáveis pela guarda desses acervos. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam subsidiar tanto novas pesquisas quanto ações institucionais, contribuindo para o fortalecimento dos arquivos como espaços de memória, acesso à informação e produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexão através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf., Brasília**, v. 37, p. 7-17, set./dez. 2008.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Lembranças e esquecimentos na construção do patrimônio cultural na Paraíba-Brasil. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 13., 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: PPGCI/UFPB, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3967/3090>. Acesso em: 17 mar. 2026.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (2012). **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano**. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 22, n. 30, p. 73-90, 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/450>. Acesso em: 17 mar. 2026.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP (1980-2003)**. 2007. 324 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6037>. Acesso em: 17 mar. 2026.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1008/1203>>. Acesso em: 18 mar. 2026.